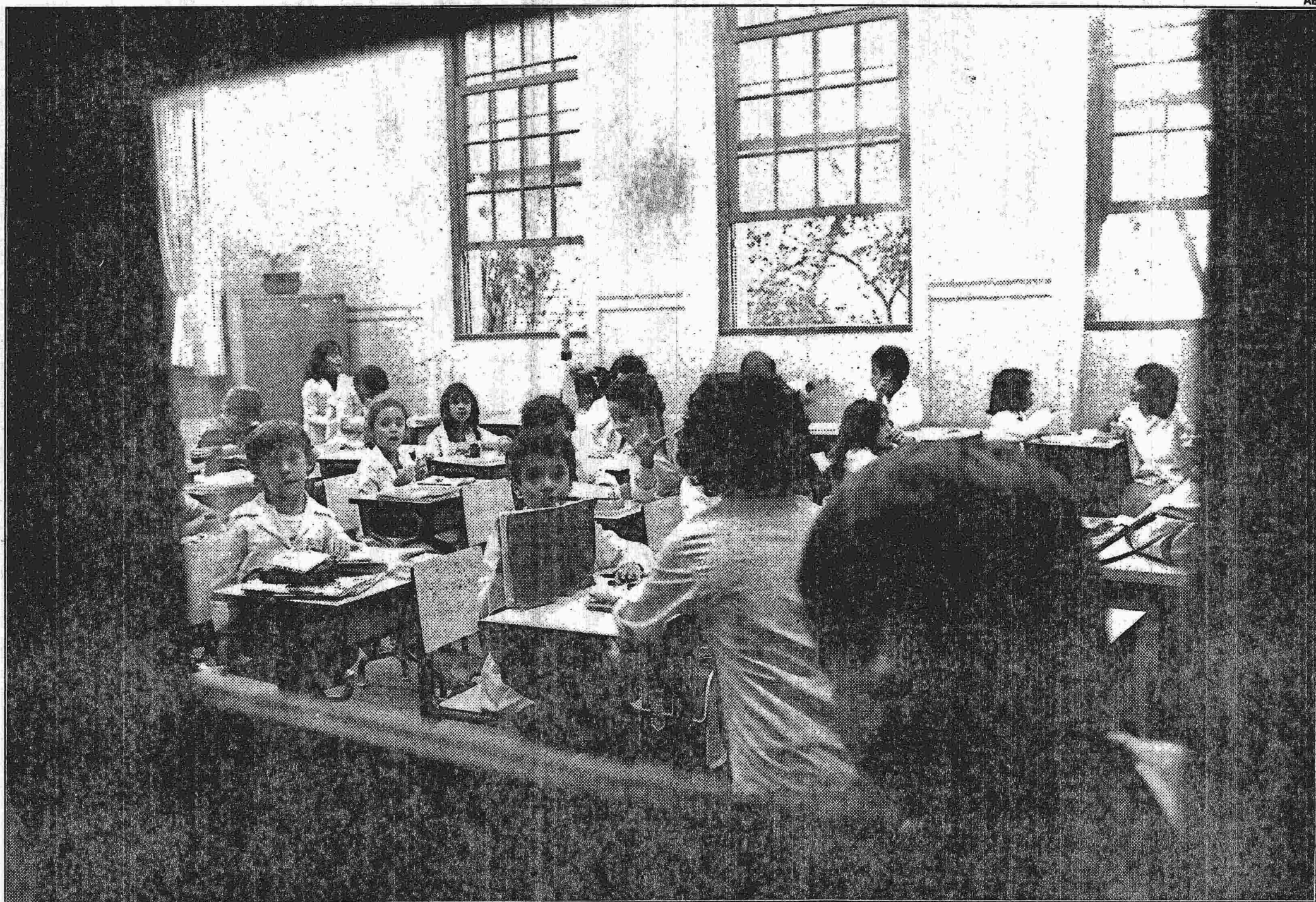


Educadores cobram participação da sociedade

O sistema educacional brasileiro só vai mudar, e melhorar, quando a sociedade participar ativamente do processo. A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a aprovação da emenda constitucional, que destina novos recursos à educação fundamental, dão o arranque, mas não podem resolver a questão. Elas vão colocar nas mãos da população instrumentos que permitirão fiscalizar a aplicação de recursos na escola e brigar pela melhoria da qualidade de ensino. A necessidade da ação popular em benefício do ensino foi uma das questões mais polêmicas levantadas durante mesa redonda sobre educação, promovida pelo Estado. Participaram a secretária de Projetos Educacionais Especiais do Ministério de Educação, Eunice Ribeiro Durham, o presidente da Câmara do Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação (CNE), Carlos Roberto Jamil Cury, e o professor José Arthur Gianotti, que também é membro do CNE. Os educadores apontaram as deficiências do ensino superior e lamentaram que os professores universitários tenham obtido privilégios na emenda da reforma da Previdência — privilégios além das próprias reivindicações da comunidade acadêmica.



Alunos de primeiro grau em escola: sistema educacional brasileiro só vai mudar, e melhorar, quando a sociedade participar ativamente de todo o processo

Estado — Qual é a situação do ensino superior?

José Arthur Gianotti — A expressão ensino superior é extremamente ambígua, equivocada. Significa uma escola de ensino superior ou de ensino simplesmente. Uma escola autônoma em que se tem a indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Também chamamos de universidade um instituto de ensino técnico. Além do mais, tem escolas públicas de várias diversidades. Pode ter uma escola pública sob uma direção corporativista e que foi inteiramente privatizada por um sistema corporativo ou autoritário. Existem reitores que fizeram daquela universidade uma escola privada, recebendo dinheiro público.

Eunice Durham — Como cabide de emprego.

Gianotti — Como cabide de emprego para a família. De outro lado, há escolas que têm um espírito público extremamente desenvolvido e escolas confessionais que são às vezes particulares e às vezes públicas. Existem escolas confessionais que recebem de 70% a 80% de seus orçamentos de recursos públicos. Tem escolas particulares que são de alto nível do ponto de vista da educação, melhores que muitas das federais ou das municipais ou das estaduais, e também tem escolas particulares que são simplesmente arapucas, caça-níqueis. O sistema é enorme e diversificado. Um artigo da Constituição, o 207, diz que universidade é autônoma e se define por indissolubilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Temos uma norma constitucional e, em seguida, uma diversidade enorme que não tem nada a ver com essa norma. Resultado: esse artigo da Constituição se transformou num instrumento de defesa do mandonismo de determinadas universidades, porque dá autonomia sem exigir a famosa indissolubilidade. No ensino superior, estamos no pior dos mundos. É uma situação extremamente complicada.

Estado — Então devemos caminhar para classificar universidades?

Gianotti — Claro. A universidade hoje é um espectro que vai desde uma universidade de ensino superior até uma escola superior de teologia.

Estado — Mas formalmente vai haver essa divisão?

Gianotti — Espero que os legisladores entendam que só é possível o Estado intervir de uma maneira eficaz se ele se armar de instrumentos flexíveis. Numa situação extremamente diversificada, se o Estado tem um instrumen-

to rígido, ele não vai fazer nada. A situação na universidade hoje é de tal forma flexível que precisamos inventar para a universidade um padrão como era o da Ilha de Lesbos, que era um fio flexível de cobre com que as pessoas iam medindo o perfil das pedras. Conforme as pedras estavam colocadas iam encontrando as pedras que mais podiam se ajustar aquilo que já estava colocado. Não temos hoje condição de pensar uma estrutura rígida. A universidade precisa se diversificar, mas precisa ter um controle.

Eunice — Não é a universidade que precisa se diversificar tanto. Ela também, mas é o ensino superior.

Gianotti — É claro.

Estado — Então temos de reformar esse conceito de universidade que está na Constituição?

Eunice — Vivemos uma herança um tanto elitista e antiquada em relação ao ensino superior. É o modelo único, que vem da década de 70, a idéia de que o ensino superior é uma coisa só. É uma idéia elitista porque estava ligada a uma visão da nossa geração: o ensino superior tem que ser uma universidade pública, gratuita, que contenha todos os níveis de ensino e todos de excelência e todos fazendo a mesma coisa e a pesquisa é fundamental.

Eunice — A universidade tem que ser pública. Foi um período que na verdade fortaleceu um tipo de instituição superior que não existia. Desde 30 que se tenta fazer uma universidade desse tipo. Mas esse tipo foi valorizado de tal forma que excluiu as outras possibilidades que continuaram, entretanto, a existir. As pessoas usam universidade como sinônimo de ensino superior. Quando se analisa a situação brasileira e de todos os países desenvolvidos, há uma diversidade enorme de instituições: de pesquisa de ponta, instituições que às vezes se chamam universidades, mas podem se chamar até outra coisa, como a organização da pesquisa na academia de ciências, como na ex-URSS, e não na universidade, lá universidade é outra coisa. Há escolas

de formação profissional, algumas, aliás, de maior prestígio do que a universidade. Na França, por exemplo, a grande formação, aquela que é da elite, é nas grandes escolas. No Brasil temos a mesma diversidade. Temos um mesmo padrão para julgar toda essa diversidade, toda ela é legítima. Trabalhamos em grande parte com um enorme equívoco que a Constituição acabou por agravar, porque nunca se pensou no Brasil a questão do ensino privado. A Constituição define apenas universidade, não fala em ensino superior, e ela criou para essa instituição chamada universidade um privilégio enorme, ou seja, deu autonomia para ela, mas a autonomia só serviu para as privadas, não serviu para as públicas. As públicas federais hoje não têm autonomia. As particulares ficaram soberanas porque podem criar o que quiser. Há uma brutal pressão de todas as instituições, especialmente as particulares, para se transformar em universidades, ninguém quer ser aquilo que seria um instrumento de segunda categoria porque não tem autonomia. Vivemos a ilusão legislativa e um ideal, baseado numa ideologia e num modelo, que não foi repensado. Não temos um pensa-

mento renovador, mas uma crise que está tornando inviável o sistema de ensino superior. A decisão de manter a aposentadoria aos 25 anos de serviço para professores cria uma inviabilidade acadêmica e financeira para o ensino superior. Não há nenhum setor universitário organizado que tenha reivindicado essa emenda. É uma ameaça acadêmica porque está aposentando professores que levamos de 10 a 15 anos para formar.

Eunice — Na universidade brasileira, o professor se qualifica em serviço. São pelo menos 15 anos para chegar a pesquisador sênior. Assim que chega, se aposenta e vai para o setor privado. Estamos financiando o ensino privado, a formação do pessoal do ensino privado e o desenvolvimento desse ensino à custa do empobrecimento do ensino público. Estamos sofrendo um processo de desmonte da pós-graduação. To-

da a montagem de um excelente sistema de pós-graduação depende da concentração de mestres e doutores. Em quase todas as universidades estamos construindo pequenos núcleos, mas agora está se aposentando todo mundo. É um sistema no qual o professor fica ganhando o topo do salário durante um período maior na inatividade do que na atividade. Estamos muito perto de que a folha de pagamento dos inativos seja quase igual à folha de ativos. Nas universidades mais antigas ela já é mais de 40%. E é uma porcentagem menor de professores porque o salário médio do aposentado é muito mais elevado do que o do em atividade.

Estado — A senhora tem o montante de quanto está se gastando com os inativos?

Eunice — É mais de R\$ 1 bilhão ao ano. É preciso separar os professores dos funcionários, mas no conjunto está perto de R\$ 1,5 bilhão.

Estado — Caminhamos para ganhar uma geração no ensino fundamental e corremos o risco de perder essa geração lá na frente?

Cury — O que seria um desastre. De um lado temos de superar o anacronismo do passado que pesa sobre a escola fundamental, que é a repetência, os restos de evasão, má formação do professor, etc. De outro lado, temos o desafio da modernidade em si, que é enfrentar os desafios da globalização. Isso só será possível se tiver um certo grau de pesquisa de boa qualidade. O que está ocorrendo é um determinado equívoco em torno da universidade que pode comprometer essa função promissora, que é justamente do amadurecimento da pesquisa, produzir o elemento de ponta, absolutamente essencial para que uma nação possa ter competitividade. Corremos o risco de perder um esforço enorme que foi feito internamente de construir uma universidade que institucionalmente associasse ensino à pesquisa.

Eunice — A questão do aumento do peso dos inativos faz o sistema de aposentadoria mais generoso do mundo. A gente fala do sistema coreano, mas lá o professor se aposenta após os 65 anos e com 60% a 70% do salário. Nós nos aposentamos com 50 anos e com salário integral. Nunca vamos poder pagar um salário decente se mais da metade da força de trabalho estiver aposentada. Por outro lado, temos de diversificar o ensino público. Eu sou a favor das instituições que associam o ensino à pesquisa. Agora, dizer que só essas instituições podem fornecer um

bom ensino é uma falácia.

Estado — Se o atual sistema afasta os professores mais qualificados da graduação, a divisão do ensino superior em categorias ou em objetivos não seria um estímulo para reverter este quadro?

Eunice — Em parte. Você pode exigir um grau crescente de qualificação sem colocar todas as possibilidades de avaliação da instituição e do próprio professor na sua produção científica. Temos de inventar um sistema de avaliar a sua produção didática. Perdemos os instrumentos de avaliação do ensino, não avaliamos mais os professores. Onde há um número pequeno de doutores está havendo uma marginalização do ensino, que fica na verdade com as particulares que valorizam muito o ensino porque a demanda é por ensino e elas têm que concentrar a mão-de-obra.

Cury — Preenchem a função que as públicas não conseguem cumprir.

Eunice — À custa de uma brutal exploração de mão-de-obra. Nenhuma lei resolve esse problema, mas a LDB pelo menos reconhece uma diversificação do sistema. No ensino superior temos um problema muito semelhante ao problema do 1º grau e da 1ª série do 1º grau: é o índice de evasão médio de 50%.

Estado — 50% dos que entram não saem.

Cury — Não saem.

Eunice — Ou saem, mas se formam em outro lugar. Muitos acabam se formando em escola privada mais fácil. Os países desenvolvidos estão lidando com isso por meio de uma flexibilização do ensino superior. No curso de Ciências Sociais da USP temos largo número de alunos que já têm um diploma de ensino superior. Eles entram em Ciências Sociais porque querem uma visão mais crítica da sociedade. Eles fazem as disciplinas que lhes interessam e vão embora. Têm uma evasão daquele que não consegue passar e uma evasão que vem do fato de que as pessoas buscam o ensino superior por

uma variedade de razões, nem todo mundo vai para o ensino superior para ser pesquisador. Existe uma demanda diferenciada e não estamos considerando isso. Quando o sistema foi pensado, a idéia era formar uma elite pensante por intermédio de um curso profissionalizante e assegurar que cada um que se forma lá tenha um lugarzinho no mercado. Esse sonho acabou, não é mais esse o ensino superior do mundo.

Estado — Como entender uma situação em que os interessados não pediram privilégio, como no caso dos professores, e o Congresso mantém esse privilégio?

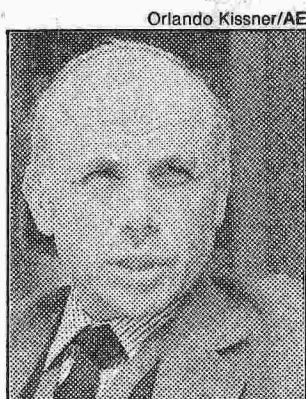
Cury — Há um medo, no âmbito do setor federal, sobretudo não especificamente em relação a essa questão dos 25 anos para as mulheres e 30 para os homens. Se houver, por exemplo, um instituto de pesquisa universitário ou pós-graduação, quem sabe eles vão ganhar mais, já que a pesquisa é mais reconhecida. O docente tem medo de ser desprestigiado.

Nós estamos numa atitude defensiva por medo de perder determinadas coisas. Agora, essa questão dos 25 anos tem uma história específica que precisava ser contada. Ela nasce na Constituição de 88.

Eunice — Alguma coisa eu posso contar da Constituição de 88. A última versão do projeto da Constituinte, antes de chegar ao plenário, tinha uma vírgula que dizia: "com exceção da aposentadoria do docente universitário". Foi algum interesse particular que agiu na sombra e colocou aquela questão lá dentro.

Estado — A senhora acha que a avaliação dos formados vai colocar as escolas no seu papel?

Eunice — É um instrumento. Ela em si não faz isso, mas pela primeira vez se começa a avaliar uma instituição pelo conhecimento mínimo de seus alunos.



Carlos Roberto Cury

**BRASIL VIVE
DESAFIO
MUITO
GRAVE**



Eunice Durham

**TEMOS HOJE
UMA
BRUTAL
CRISE**